

OS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A REALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.

Thaylize Goes Nunes Pereira¹

Mirian Claudia Lourenção Simonetti²

RESUMO

Esta pesquisa está ligada as pesquisas mais amplas denominadas **“Territorialidades em tensão: movimentos sociais, agronegócio e políticas de reforma agrária no Brasil entre 1985 a 2010”** e vem sendo desenvolvidas junto ao Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais – CPEA na UNESP, com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Tem-se a intenção de analisar os limites e as possibilidades das políticas públicas dos governos do partido dos trabalhadores para a realização da Reforma Agrária no Brasil, analisando também seu projeto de reforma agrária e sua implementação no período de 2003-2010. Desenvolvendo uma análise acerca das permanências e/ou as mudanças de ações adotadas respectivamente no primeiro e segundo mandato e traçando um panorama das suas propostas e projetos anteriores e posteriores as vitórias nas urnas. Sobretudo, procurar-se-á desenvolver essa problemática a partir da análise dos processos resultantes do II Plano Nacional de Reforma Agrária, desde a sua elaboração até quando esse foi deixado para trás em 2007.

INTRODUÇÃO

Nesse texto buscaremos compreender os limites e as possibilidades dos governos dos últimos 25 anos para a realização das Políticas de Reforma Agrária no país, mais precisamente, nos desdobraremos sobre os Governos do Partido dos Trabalhadores entre 2003-2010. O objetivo aqui, de maneira mais ampla, é entender a questão agrária brasileira, partindo da análise do I e II Plano Nacional de Reforma Agrária desde as suas

¹ Possui Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP, Campus de Marília. Atualmente é Mestranda do Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPR) e Graduada de Licenciatura em Ciências Sociais. É Integrante e Pesquisadora do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais – CPEA UNESP - Campus de Marília. Bolsista de Apoio Técnico em Extensão no País do CNPq - Nível A. thaylize@hotmail.com.

² É professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Coordenadora do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA) da UNESP/Marília/SP/Brasil. Bolsista Produtividade 2 CNPq. mirian@marilia.unesp.br.

elaborações até quando foram deixados para trás. A problemática dessa pesquisa se desenvolve a partir da análise dos projetos de reforma agrária e implantação de assentamentos rurais no campo, sem deixar de compreender o processo de reprodução econômico, social, político que se desenvolveu juntamente com esses.

Esta pesquisa teórica fundamenta-se no método dialético que conceitua que os fatos não podem ser considerados fora do contexto social, político, econômico. (SILVA, 2001; MINAYO, 1993). Assim, através do embasamento teórico e metodológico fornecido principalmente pelos autores: Bernardo Mançano Fernandes, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, Maria Isaura de Queiróz; pelos clássicos de nossa literatura e também demais autores, que possuem uma discussão sobre a problemática em análise. Fizemos assim, uma revisão teórica sobre os estudos já realizados, entendendo como se estruturou a Reforma Agrária Brasileira no decorrer desses governos.

Ainda, nos foi de grande valia analisar também dados disponíveis nos Institutos de Pesquisa tais como: Núcleo Estudos da Reforma Agrária (NERA), Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Agrônômico (IA), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), dentre outros e também os dados do Centro de Pesquisa e Estudos Agrário e Ambientais (CPEA).

O GOVERNO SARNEY E O I PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRARIA

Escolhemos o período relativo a 1985 a 2010 para a nossa análise visto que no ano de 1985 teve início: o primeiro governo pós-ditadura militar; o I Plano Nacional da Reforma Agrária. Em função da pressão dos movimentos sociais, a reforma agrária foi um tema presente na agenda política dos governos nos períodos pós-militares. Na gestão do Presidente José Sarney (1985 a 1989), se institui o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), o I Plano Nacional de Reforma agrária, bem como a indicação de José Gomes da Silva para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O relato a seguir, revela as tensões dos sujeitos envolvidos com a problemática da reforma agrária. (NORDER, 2004)

Para José Gomes da Silva (1987),

foi em 10 de outubro de 1985 que o então presidente anunciou o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o qual previa o assentamento de 1,4 milhões de famílias, durante quatro anos, regularização fundiária, colonização e tributação da terra, formação dos camponeses, políticas de financiamento e de desenvolvimento tecnológico, cadastro de imóveis rurais, estudos e pesquisas, apoio jurídico, solução dos conflitos agrários, etc. Porém, as propostas e projetos enfrentaram intensa reação das forças conservadoras, dentre as quais podemos citar a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a União Democrática Ruralista (UDR)³. O governo alterou suas metas e, após apresentar 12 versões para o Plano, desfigurou completamente o projeto inicial, que acabou não sendo implementado. O PNRA foi aprovado depois de ser praticamente alterado por inteiro, onde quase nada ficou da proposta original, contando inclusive com a saída de José Gomes da Silva do INCRA: (...) a Reforma tinha uma aceitação muito grande entre a população como um todo. O que realmente aconteceu em termos de produto final foi que o poderio econômico, a competência e a ousadia da direita, auxiliada pela penetração dos grandes órgãos de formação de opinião pública (grande imprensa, principalmente), fizeram reverter essa tendência. Além disso, as hesitações do Governo ajudaram a contrarreforma que avançou pelos flancos e encurralou o MIRAD/INCRA e as frágeis forças que os apoiavam. O resultado foi o debate representado pela decretação de um PNRA que não guardou relação com a 'Proposta'. (SILVA, 1987, p. 108).

Quando o Governo Sarney chegava ao fim, havia uma tímida presença dos movimentos sociais em ocupações de terra. Esta pequena presença dos movimentos sociais se deve ao fato de que ainda estavam nos inícios do seu processo de organização.

Nesse governo, foram assentadas apenas 122.598 famílias em 800 assentamentos, das 1,4 milhões de famílias previstas no plano. A frustração com esse resultado contribuiu para o fortalecimento, crescimento e organização dos movimentos sociais do campo, assim como para a escalada de ocupações de terras no país.

Analisamos assim que desde o IPNRA metas e prazos não são cumpridos. Como podemos observar apenas 6% desses I PNRA conseguiu ser colocado em prática, nos sendo inaceitável que o governo de José Sarney não tenha conseguido assentar nem sequer o mínimo necessário dos Sem-Terra da época.

A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA: O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

³ União Democrática Ruralista - UDR, organização dos proprietários de terra constituída em 1985 para se contrapor as políticas de reforma agrária.

As lutas sociais no Brasil e no mundo refletem o contexto de ocorrência de grandes transformações socioeconômicas e que não respaldaram todos os setores da sociedade, principalmente os “minoritários”. Para tanto é fundamental situar aqui alguns aspectos sobre os movimentos sociais. Consideramos que o surgimento dos movimentos sociais se vinculam as formas como os grupos sociais se organizaram e se organizam na busca de suas demandas e para superarem as formas de opressão do Estado, sejam elas políticas, sociais ou econômicas, atuando na construção de uma nova sociedade, mais justa e modificada. (SCHERER-WARREN, 1989). A autora Scherer-Warren ainda define os movimentos sociais como sendo,

uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção) (SCHERER-WARREN, 1989, p. 20).

De acordo com Maria da Glória Gohn, poderíamos dizer ainda que os movimentos sociais possuem “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2003, p. 13). Trata-se, de um agir comunicativo, onde as ações coletivas são discutidas entro da esfera pública a partir das ações desses movimentos sociais.

Gohn, deixa claro em seu livro, *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*, que há existência de um projeto novo e emancipador, por trás dos movimentos sociais, que atuação com a concepção de uma sociedade democrática e sem injustiças sociais. Ficando-nos nítido que foi através das ações dos movimentos sociais que ocorreu e vem ocorrendo o processo de democratização e de democratização da terra, reiterando que a própria redefinição de democracia emergiu através desses movimentos em luta. (GOHN, 2003)

Segundo Gohn, é somente pela participação política que alcançaremos nossa autonomia, este sendo um fator determinante para a emancipação social. E destaca que essa participação é que desenvolverá uma consciência crítica, sendo esse processo de vivência e formação de consciência, a razão e o sentido do movimento social. (GOHN, 2003, p. 30)

Analisando os movimentos sociais e suas reivindicações, eles expressam a pluralidade dos movimentos e de seus respectivos interesses, fator de muita importância em nossas sociedades que a cada dia estão mais multiculturais e heterogêneas. Um desses movimentos presente no Brasil, mas, pertencente a uma dinâmica de âmbito

global de luta por Reforma Agrária, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) é um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, e surgiu em 1984, no momento em que o Brasil passava pela reabertura da política nacional. Este é oficialmente fundado durante o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel, no Paraná, e tinha como tentativa discutir e mobilizar a população em torno da concretização da Reforma Agrária. Assim, no início da década de 80 começaram a ocorrer ocupações de forma massiva e todas as lutas que vinham acontecendo isoladamente pelo país, passaram a se articular juntamente com o MST.

O MST nasceu dos conflitos existentes junto ao processo de modernização conservadora; “(...) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar” (FERNANDES, 1998, p. 16). Os militares levaram o desenvolvimento ao campo apoiados pelo capital estrangeiro. Essa modernização fornecia crédito rural subsidiado apenas para os grandes proprietários e entregava as terras públicas para as grandes empresas. Esses fatores fizeram com que um contingente cada vez maior de trabalhadores, esses que eram meeiros, arrendatários e posseiros, fossem excluídos do acesso à terra. “O MST é parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil. Desde *Canudos*, *Contestado*, *Porecatu*, *Trombas e Formoso*, os camponeses brasileiros vêm lutando pelo direito à terra”. (FERNANDES, 1988, p.16)

Bernardo Mançano Fernandes aponta em seu livro *A formação do MST no Brasil (2000)*, que o MST nasceu da ocupação da terra, e passou a ter por essa ação seu instrumento de luta contra a concentração fundiária e contra o próprio Estado. Essa forma de luta ocorre pelo fato da não realização da reforma agrária, e é por meio das ocupações que esses trabalhadores intensificam suas lutas. (FERNANDES, 2000).

Pode-se dizer que o MST tornou-se bem mais que um movimento social, podendo então denominá-lo como sendo um movimento socioterritorial, pela existência de sua práxis na luta pela terra, na conquista de frações do território. Uma das bandeiras históricas do movimento é pela efetivação da Reforma Agrária.

Partiremos aqui também da premissa da complexidade existente para a execução da reforma agrária, pois existe uma ampla diversidade de atores sociais envolvidos com essa temática, como: os movimentos sociais, os agricultores familiares, os camponeses, os latifundiários, o estado, etc., exercendo cada segmento um “poder” sobre as decisões,

para que tais rumos fossem tomados. Esse fator faz como que sempre exista confronto entre os atores da história quando se trata de decisões sociais que beneficiariam a maior parte da população, ou seja, existe uma série de tensões que surgem em virtude de interesses diferentes e projetos distintos que não contemplam a grande parte da população do país. Desta forma, devemos entender a reforma agrária e toda a temática em torno nesse trabalho, localizando-os sempre em um campo de disputa de poder. (SIMONETTI, 2010)

O GOVERNO DO PT 2003-2006 E O II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

Quando Lula assume a presidência, em seu Discurso na Sessão de Posse, no Congresso Nacional realizado em Brasília no dia 1º de janeiro de 2003, na respectiva posse a Presidência da República, disse:

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais (...) (Discursos Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Brasília, 2003, grifo nosso)

Com Luiz Inácio Lula da Silva e o PT na presidência do país muitos se encheram de esperanças, pois acreditavam que lá estava o Partido Político que realizaria a Reforma Agrária.

Com Lula eleito presidente, renovam-se as esperanças na realização de uma efetiva reforma agrária e, ao mesmo tempo, esta bandeira, apesar de integrar as prioridades de governo, passa também a ser um dos seus grandes desafios.

Os trabalhadores rurais, principalmente os sem terras, esperam muito mais deste governo do que de governos anteriores, principalmente em razão da trajetória histórica de apoio aos movimentos sociais. A não realização da reforma agrária prometida pode ser, igualmente, transformada em decepção maior do que aquelas que os trabalhadores já experimentaram repetidas vezes. Contudo, esta renovada esperança não se transformará na espera passiva pela realização das promessas de campanha, como se pode verificar nas mobilizações e jornadas de lutas que os movimentos sociais do campo realizaram no decorrer de 2003 e vêm fazendo em 2004. (HEINEN, p.5)

Nesse primeiro mandato (2003-2006) do Governo Lula, estava sendo elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária e ainda se acreditava que esse entraria em execução para sanar as necessidades, se não de uma reforma agrária, pelo menos, de um

avanço exponencial para a mesma. Por outro lado, não existia nenhum desafio que fosse tão profundamente relacionado com a história do PT, como o da reforma agrária. Para tanto, destacamos o programa de governo que ele propunha, titulado como, “Brasil de Todos”.

O Plano Plurianual (PPA 2004-2007 - Brasil de todos) é previsto no artigo 165 da Constituição Federal, e regulamentado pelo Decreto 2.829, de 1998. Constitui-se de um plano de médio prazo, que estabelece as Diretrizes, Objetivos e Metas a serem seguidas pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal ao longo de um período de quatro anos. Assim, quando Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente do Brasil, elabora coletivamente um Plano Plurianual (PPA 2004-2007) intitulado "Brasil de Todos - inclusão e participação", e sua apresentação anuncia que:

O processo de elaboração do Plano Plurianual 2004-2007 inaugura uma nova fase no planejamento governamental brasileiro. A construção e a gestão do Plano a partir de um amplo debate com a sociedade busca a implantação de um novo padrão de relação entre Estado e sociedade, marcado pela transparência, solidariedade e com responsabilidade. A implementação de mecanismos que ampliem a participação da sociedade nas escolhas de políticas públicas é um traço distintivo deste PPA (BRASIL, 2003, p. 3).

De maneira geral, o Programa se orienta pelos seguintes objetivos: 1-Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais; 2- Crescimento com Geração de Emprego e Renda Ambientalmente Sustentável e Redutor das Desigualdades Regionais; 3- Promoção e Expansão da Cidadania e Fortalecimento da Democracia. Estas que sintetizam cinco dimensões: a democrática, a social, a econômica, a ambiental e a regional (ARANDA & SENNA, 2007)

O PPA era constituído de 24 desafios a serem sanados pelo Governo: 1) combate à fome; 2) acesso universal à seguridade social e educação; 3) ampliação da transferência de renda; 4) aumento da produção e redução dos preços de bens e serviços de consumo popular; 5) reforma agrária e consolidação da agricultura familiar; 6) reforma urbana; 7) redução da vulnerabilidade das crianças e adolescentes; 8) acesso à informação; 9) redução das desigualdades sociais; 10) ampliar oferta de postos de trabalho; 11) equilíbrio macroeconômico com recuperação e sustentação do crescimento da renda e emprego; 12) promoção do investimento produtivo; 13) fortalecimento das bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento; 14) ampliação das fontes de financiamento internas; 15) aumento dos investimentos em infraestrutura; 16) redução das desigualdades sociais; 17) melhoria da gestão e qualidade ambiental; 18)

ampliação da participação do país no mercado internacional; 19) fortalecimento da cidadania e garantia dos direitos humanos; 20) valorização da cultura nacional; 21) segurança pública; 22) soberania nacional; 23) compromisso com a cultura de paz internacional; 24) nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão. (BRASIL, PPA 2004-2007)

Porém, mesmo com todos os objetivos e metas, esse mandato acabou sendo marcado pelo esvaziamento de suas propostas, especialmente em relação a concepção da reforma agrária e por políticas que defendiam o agronegócio.

Por meio de uma vigorosa guinada ao centro, Lula da Silva capitalizou os anseios de mudanças, elegendo-se presidente com mais de 60% dos votos. Os movimentos sociais iniciaram o ano de 2003 vivendo uma situação inteiramente nova: um governo cuja história se confunde com as lutas sociais das duas últimas décadas, porém empunhando uma política econômica em continuidade com a de Cardoso. Os embates sociais assumem, portanto, novas feições, recolocando a importância da autonomia de classe e a necessidade de perseverar na construção de projeto alternativo ao neoliberal. (LEHER, 2006, p. 82)

Podemos ter clareza que para esses, a reforma agrária não era mais uma necessidade histórica, não podendo ser transformada mais em uma política de desenvolvimento econômico e social. Passou a se pensar, desde então, que a reforma agrária deveria ser realizada pensando apenas em uma política social, com a finalidade de acabar localmente com o problema da fome no país. (OLIVEIRA, 2007)

Em uma entrevista concedida pelo geógrafo e um dos mentores do II Plano Nacional de Reforma Agrária, Ariovaldo Umbelino de Oliveira ao Correio da Cidadania ele diz que:

Estamos diante de uma realidade cruel. Lula sempre defendeu, pessoalmente, a reforma agrária. O PT sempre defendeu em seus programas a reforma agrária, mas agora que está no governo não a faz. Isso é um paradoxo, que se explica pelo fato de que a estratégia do governo durante o primeiro mandato foi feita em cima do Fome Zero⁴, e a reforma agrária era um dos componentes menos importantes do programa, que trazia uma concepção sobre o campo e sobre a reforma

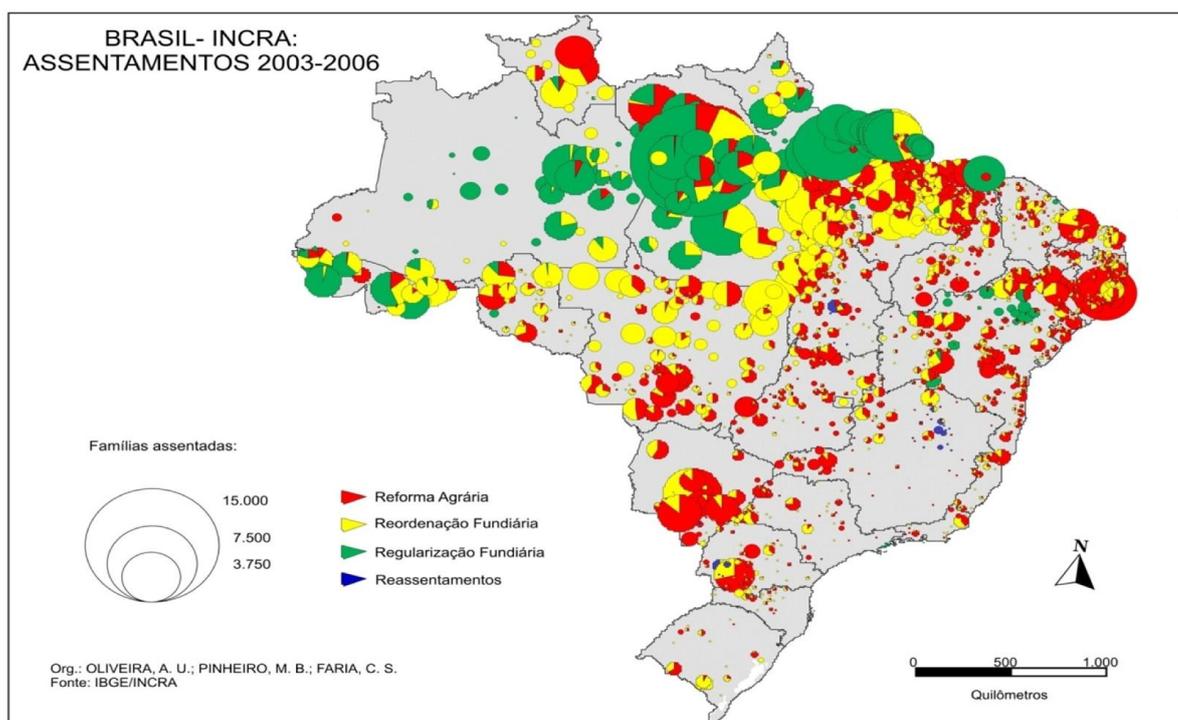
⁴ O Programa Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Esta estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. O Programa se realiza através de uma ação planejada e articulada para assegurar o acesso à alimentação, a expansão da produção e o consumo de alimentos saudáveis, a geração de ocupação e renda, a melhoria na escolarização, nas condições de saúde, no acesso ao abastecimento de água, tudo sob a ótica dos direitos de cidadania.

agrária de José Graziano da Silva, assessor especial de Lula. (OLIVEIRA, 2007, entrevista)

Não se pensou na realização de uma reforma agrária de fato; pois para ela acontecer seria necessário entrar em confronto com o agronegócio, pois, só através desse conforto se alteraria a concentração de poder e de terra no Brasil.

O MST detectou corretamente que o governo atual apóia o agronegócio. É isso que incomoda uma parte da esquerda, pois esse apoio revela a faceta do governo no seu entendimento sobre a questão agrária, ou seja, de que a reforma agrária não é uma necessidade histórica do país. É por isso que, em quatro anos de governo, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Incra assentaram pouco mais de 100 mil famílias, quando o Plano Nacional de Reforma Agrária mandava assentar 400 mil. Dizem que não, que assentaram 381 mil famílias. Isso é mentira, nua e crua. Nos dados de 2005, há mais de mil famílias de um assentamento da época de Getúlio Vargas, de 1942, e o governo Lula apenas reconheceu aquele assentamento. E reconhecer não é assentar. (OLIVEIRA, 2007, entrevista)

Mapa 1 – Brasil: Assentamentos 2003-2006



Fonte: IBGE/INCRA. Org: OLIVEIRA, A. U; PINHEIRO, M. B; FARIA, C. S.

Analisando o *Mapa 1 – Brasil: Assentamentos 2003-2006*, podemos entender claramente o que Ariovaldo Umbelino de Oliveira estava nos apontando. Os assentamentos do período de 2003-2006 são divididos em quatro categorias diferentes: reassentamento; regularização fundiária; reordenação fundiária e reforma agrária. O

Governo Lula agrupou essas quatro categorias como se fossem “novos assentamentos” quando na verdade não são. Os únicos assentamentos que deveriam entrar nas estatísticas da primeira meta do II Plano Nacional de Reforma Agrária são os que estão denominados como “reforma agrária” e correspondem a cor vermelha do mapa. Nota-se aqui, uma articulação do governo para mascarar os dados de uma não reforma agrária, manipulando os números apresentados a população para alegar que estava cumprindo com o que havia prometido em campanha presidencial.

O Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula da Silva, juntamente desenvolvido com o Ministério de Desenvolvimento Agrário previa o cumprimento de 11 metas entre o período de 2003-2006, primeiro mandato do Governo Lula, dando início nesse país a tão aguardada Reforma Agrária. Essas 11 metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária, de acordo com o MDA eram: (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004: 38).

1ª meta: 400 mil famílias assentadas;

2ª meta: 500 mil famílias com posses regularizadas;

3ª meta: 150 mil famílias beneficiárias pelo Crédito Fundiário;

4ª meta: Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos;

5ª meta: Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado;

6ª meta: Implementar o cadastramento georeferenciado do território nacional e regularizar 2,2 milhões de imóveis rurais;

7ª meta: Reconhecer, demarcar e titular as áreas de comunidades quilombolas;

8ª meta: Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas;

9ª meta: Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária;

10ª meta: Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas;

11ª meta: Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

As metas aqui citadas tinham um cronograma anual de números a serem alcançados, que se distribuíram, de acordo com a *Tabela 2*.

Tabela 2 – Metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária – IIPNRA

	2003	2004	2005	2006	TOTAL GOVERNO LULA	TOTAL PPA 2004/2007
ASSENTAMENTOS NOVOS						

(REFORMA AGRÁRIA)	30.000	115.000	115.000	140.000	400.000	520.000
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	0	150.000	150.000	200.000	500.000	650.000
PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO	15.000	37.500	37.500	37.500	127.500	150.000
TOTAL BENEFICIADOS (nº de famílias)	45.000	302.500	302.500	377.500	1.027.500	1.320.000
TOTAL DAS OCUPAÇÕES (postos criados)	135.000	607.500	607.500	732.500	2.082.500	2.660.000

Fonte: II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA

Não detalharemos aqui todas as metas propostas pelo Governo Lula, porém, selecionamos algumas mais específicas que nos proporcionam uma análise mais abrangente das propostas desse governo.

A 1ª meta estipulada de assentar no período de 2003 a 2006, 400 mil famílias – que deveria ser feito através de desapropriações com finalidade social, compra de terras e também retomada de terras públicas ocupadas ilegalmente; terras griladas por latifundiários; não foi cumprida. O Governo estipulou que assentaria, em 2007, 150 mil famílias, totalizando nos primeiros cinco anos de governo um montante de 550 mil novas famílias assentadas. O governo divulgado nos meios de comunicação nacional que assentou 448.954 famílias nesse período, mas, segundo Ariovaldo Umbelino, o governo tenta novamente nos confundir com dados falaciosos, que não correspondem à realidade, pois a 1ª meta de assentar 400 mil famílias, diz respeito ao assentamento de novas famílias e não da incorporação de outros casos, como por exemplo, de reassentamento ou de regularização fundiária (OLIVEIRA, 2008). Assim, Ariovaldo descreve:

Tenho escrito que esses dados divulgados pelo governo Lula sobre a reforma agrária, referem-se às Relações de Beneficiários emitidas, as “famosas” RBs. Assim, continuo a tarefa de esclarecer a todos que as RBs não se referem apenas aos assentamentos novos, elas são emitidas também para os assentamentos relativos à regularização fundiária [...]. As RBs são também emitidas para regularizar as situações das famílias dos assentamentos antigos reconhecidos pelo Incra para que os assentados tenham acesso às políticas públicas. Elas são inclusive emitidas para regularizar a situação de assentados em decorrência de herança, daqueles que compraram lotes de boa fé, e daqueles que foram substituídos nos assentamentos antigos por abandono ou outros motivos permitidos por lei etc. (OLIVEIRA, 2008).

Por isso, precisamos ter muita clareza para fazermos um balanço do II Plano Nacional de Reforma Agrária, pois se fizermos as análises em cima dos dados divulgados pelo INCRA e pelo Governo, chegaremos a números irrealistas de novas famílias assentadas, em virtude de terem “mascarados” dos dados, unindo duas

situações completamente diferentes: novas famílias assentadas e famílias já assentadas que receberam a RBs. “Feita esta desagregação, entre 2003 e 2007, o governo Lula assentou apenas 163 mil famílias referentes à 1ª meta – novos assentamentos. Portanto, cumpriu somente 30% da meta de 550 mil famílias que ele tinha prometido assentar”. (OLIVEIRA, 2008).

A 2ª meta que diz respeito à regularização da posse da terra de 500 mil famílias no período de 2003 a 2006. Rossetto, ministro do Governo na época fez um pronunciamento junto com o Presidente ao qual dizia que a regularização fundiária não poderia ser caracterizada como um programa de acesso à terra, mas que através dela poderia ter a garantia do acesso a mesma. A importância da regularização dessas terras era saber qual o verdadeiro mapa fundiário do Brasil para que desta forma pudesse se assegurar a estabilidade no campo, combatendo a grilagem de terras e reduzindo significativamente os conflitos agrários no campo brasileiro. Mas, essa meta também não foi cumprida. O Governo conseguiu cumprir apenas 23% da meta, regularizando a posse de apenas 113 mil famílias. (OLIVEIRA, 2008).

O restante das outras nove metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária também não foram cumpridas. Algumas ainda tiveram dados oficiais divulgados pelo Governo; dados esses facilmente contestáveis em contraponto com a realidade do campo brasileiro hoje; outros, porém o Governo fez questão de nem lançar a público, nem sequer um balanço das metas alcançadas pelo plano foi divulgado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), pois essas estatísticas comprovariam o fracasso do IIPNRA e do próprio Governo para a realização da Reforma Agrária.

Desta forma, o Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula chegou ao seu fim, e constatamos que nenhuma das metas foi cumprida. Os quatro primeiros anos de mandato passaram e 230 mil famílias ainda continuavam na beira das estradas, embaixo de lonas pretas e mais uma vez a realidade nos dizia que não seria realizada a reforma agrária. (Ouvidoria Agrária, MDA). O Governo Lula, também não elaborou nenhum outro plano de reforma agrária para o segundo mandato, abandonando as políticas de reforma agrária na continuação de seu governo, passando a adotar deliberadamente políticas compensatórias a fim de minimizar os conflitos em torno das disputas de terras em diferentes locais do país.

O GOVERNO DO PT 2007-2010 E A CONTRA-REFORMA AGRÁRIA

Em sua reeleição, Lula, inicia o que Oliveira (2013) nomeou de contra-reforma⁵ agrária, e seu governo se uni ainda mais com o agronegócio brasileiro. Podemos aqui lembrar o saudoso discurso que foi feito na cidade de Mineiros, em Goiás (GO), onde Lula chamou os usineiros de heróis do país.

Entretanto, muitas alterações de natureza política interferiu nas ações do governo Lula e ele, não só não cumpriu estas metas como, no segundo mandato abandonou a política de reforma agrária e passou adotar deliberadamente uma política de contra reforma agrária, destinando terras públicas constitucionalmente terras da reforma agrária, para os latifundiários às ocupam ilegalmente (os grileiros). (OLIVEIRA, 2013, p.2)

Para seu segundo mandato não foi elaborado outro plano de reforma agrária, mas, em contrapartida a isso, foram realizadas duas medidas provisórias – 422 (Lei nº 11.763 - 1º/08/2008) e 458 (Lei nº 11.952 – 25/06/2009). Essas facilitaram que as terras griladas⁶ da Amazônia Legal fossem regularizadas. Assim, ao invés de se criar um III PNRA, se criou o Programa Terra Legal, regularizando as terras griladas do agronegócio.

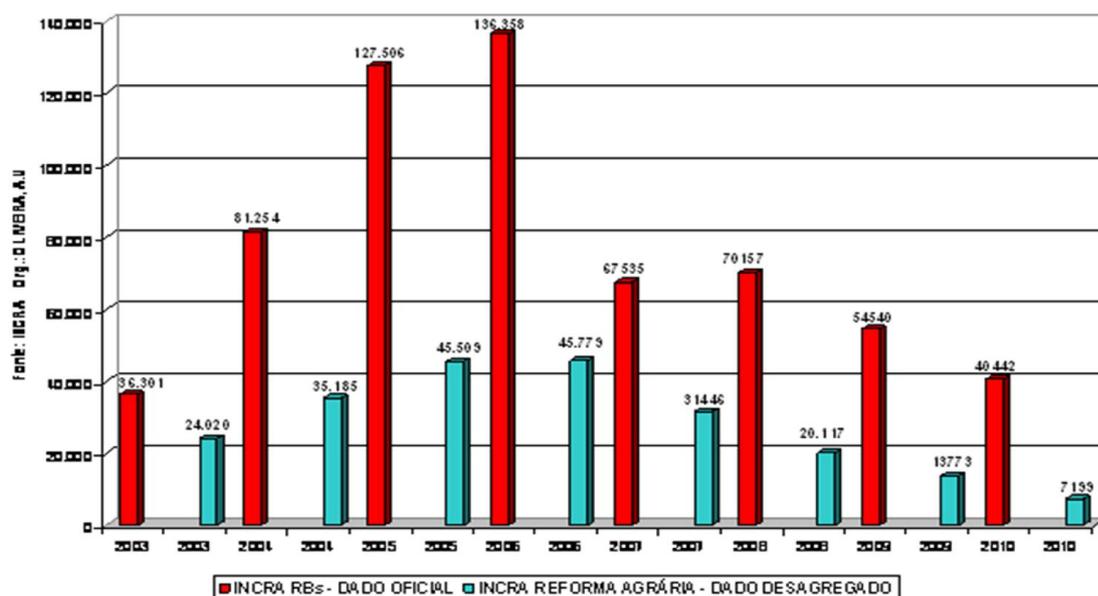
O Programa Terra Legal teve iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de promover a regularização fundiária de ocupações em terras públicas federais situadas na Amazônia Legal. O governo federal em 2009 promulgou a Lei 11.952/2009 com o objetivo de acelerar a regularização de ocupações informais em terras públicas federais na Amazônia Legal. Logo após, lançou o Programa Terra Legal para implementar essa lei e beneficiar até 300 mil posseiros. O objetivo inicial do programa era emitir títulos de terra em até 60 dias por meio de cinco fases principais: cadastramento de posses, georreferenciamento, vistoria, titulação e monitoramento pós-titulação.

Desta forma, o Governo Lula não realizou qualquer alteração na estrutura fundiária do país, visto que não estavam interessados em incomodar o agronegócio, mas pelo contrário, o Governo passou a apoiá-los fortemente, ficando cada vez mais evidente suas intenções a partir de seu segundo mandato (2007-2010).

Gráfico 1 – Brasil – Assentamentos de Reforma Agrária – 2003 a 2010

⁵ Usaremos a expressão contra-reforma agrária como Oliveira (2013) descreve em *Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula*. In: Dinâmica de los Espacios Rurales y Sustentabilidad: Articulaciones del espacio rural. 2013. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>

⁶ Grilagem de terras é o nome dado a apropriação de terras públicas feita de modo indevido e por meio de falsificação de documentos de titularidade da terra. A grilagem de terra está associada à especulação imobiliária, venda de madeiras e lavagem de dinheiro. Segundo o artigo 50 da Lei nº 6.766/1979, o cidadão que for flagrado exercendo essa prática poderá ter punição com prisão e pagamento de multa.



Fonte: INCRA/ Org: OLIVEIRA, A. U.

No segundo mandato a Reforma Agrária, passou a ser tratada como uma política marginal e compensatória, não mais como sendo o principal instrumento de democratização do campo. Podemos verificar essa afirmação, com os números contidos no *Gráfico 1 – Brasil – Assentamentos de Reforma Agrária – 2003 a 2010*, onde analisamos os dados desagregados dos RBs, encontrando um número de assentamentos muito inferior aos divulgados oficialmente. (OLIVEIRA, 2008)

Assim, nos oito anos de governo a Reforma Agrária de Lula não saiu do papel, embora esse tenha destacado no decorrer de sua campanha eleitoral e em seu primeiro mandato que a reforma agrária era uma política de justiça social e que sempre iria defender a mesma lutando por ela até morrer. Em suas palavras:

Nós faremos a reforma agrária, sim. Mas com tranquilidade e qualidade, que gere renda e trabalho para o campo. Eu não quero repetir os erros do passado, mas sim fazer melhor. Vou lutar pela reforma agrária até morrer. (Pronunciamento de Lula em 2005).

Ao terminar seu pronunciamento, Lula disse que para ele não foi fácil deixar de lado uma demanda histórica por uma reforma agrária ampla e radical, passando a realizar uma reforma agrária “tranquila e pacífica” e disse também que era para esperar o fim de seu governo para cobrá-lo sobre as realizações ou não de uma reforma agrária no Brasil.

Porém, o que se entendia naquela conjuntura como “tranquila e pacífica”, era que a reforma agrária iria acontecer, mas que seria de uma forma mais planejada dentro

do governo – até mesmo, porque se esperava a concretização das metas do IIPNRA. Mas, passado esse tempo, notou-se que o governo deixou de compreender a reforma agrária como sendo um instrumento de construção de uma nova forma de organização no campo; seja ela política, social, produtiva e ambiental.

Não se pensou na realização de uma reforma agrária de fato, pois para ela acontecer seria necessário entrar em confronto com o agronegócio e todas as consequências nocivas desse setor para o país, ou seja, devastação ambiental, superexploração do trabalho no campo, dentre outras.

Notamos claramente que os mandatos dos governos Lula seguiram metas diferenciadas quando se fala em Reforma Agrária, onde no primeiro mandato existia a esperança por parte dos trabalhadores que essa realmente aconteceria, e já no segundo mandato, o sentimento a qual os cercava já era de desapontamento por ter esperado tanto para que um governo de esquerda chega-se ao poder, e a mesma não se concretizar.

Nesse governo destaca-se o seu crescente pacto junto ao agronegócio em detrimento a desvalorização da sua relação com os movimentos sociais, especialmente os sem-terras, que esse governo dizia que seriam os mais beneficiados desde os primeiros dias, após eleito.

Percebemos que os planos de reforma agrária foram deixados se não de forma integral, quase que totalmente para trás, dando espaço preferencial neste governo ao agronegócio. Remeto aqui às palavras de Oliveira, quando ele diz que nesse governo, as políticas de reforma agrária estão vinculadas a dois princípios fundamentais:

Não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. É como se estivesse diante de uma velha desculpa: o governo Lula finge que faz a reforma agrária e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também fingir acreditar (OLIVEIRA, 2008).

Entretanto,

Se nos primeiros meses do início do governo Lula se tinha esperança de que este daria uma tintura político-ideológica popular à sua administração, atualmente não cabem muitas ilusões: habilmente deu um alento importante ao desgastado projeto neoliberal, garantindo-lhe mais tempo de sobrevivência com apoio das camadas mais pobres e desorganizadas da população. As mudanças político-ideológicas do PT ao longo dos anos provavelmente trazem dificuldades para resgatar seus compromissos históricos com as classes trabalhadoras. Essas mudanças contribuíram para que as classes dominantes aceitassem a

eleição de um ex-operário à presidência da república e proporcionaram alterações na estrutura de poder no Brasil ao favorecerem a readequação das frações hegemônicas e manterem intactos os interesses monopolistas. O impacto desse processo para as classes populares ainda merecerá muitas análises, mas, pelo visto, as bandeiras históricas dos movimentos populares (antimonopolistas, antiimperialistas e antilatifundiárias) continuarão sendo içadas por um longo tempo. (MACHADO, p.32-34)

Em contrapartida as ações, ou não ações desses governos, e tendo em vista que esses homens e mulheres querem poder produzir em terras que por tanto tempo são mantidas improdutivas no Brasil, esses trabalhadores possuem duas alternativas: esperar para que aqueles que estão lá em cima olham para cá por vontade própria e realizem a mudança na estrutura fundiária do país, ou obrigá-los a olhar em virtude das lutas travadas por aqueles que esperam e reivindicam aquilo que é de todos nós por direito, ou seja, uma democratização do acesso à terra no Brasil.

Compreende-se então que, em virtude da Contra-Reforma desse Governo, desenvolveram-se duas frentes de luta no Brasil: primeiramente para adentrar a terra; em segundo lugar, para permanecer nela como camponês e produtor de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. Esses camponeses são uma classe em luta permanente, pois, jamais obtiveram de um governo uma política pública efetiva para a consolidação da reprodução social dos mesmos, restando a esses a luta diária, senão por um pedaço de chão, por condições de continuar vivendo dele. (OLIVEIRA, 2001)

Tem-se claro que qualquer alternativa para se alterar a condição de vida da maior parte dos brasileiros, acabando com a exclusão social, passa obrigatoriamente pela realização da Reforma Agrária. Só com a Reforma Agrária de desapropriação de terras improdutivas e devolutas⁷, acabando com o latifúndio é que atingiríamos seu objetivo social, retirar da marginalidade uma grande parcela da população pobre e despossuída de meios de produção; além de seu papel econômico e político, como já exposto nesse trabalho.

A Reforma agrária dos movimentos sociais, não é uma reforma agrária compensatória, tranquila e pacífica como propôs Lula. Almejam uma reforma agrária que alterará a estrutura fundiária. De acordo com o MST, no atual modelo econômico, que tem seu centro nas exportações, nos bancos e nos grandes grupos econômicos, a reforma agrária não consiste apenas em dividir os latifúndios entre os pobres do campo, ela está mais

⁷ As terras devolutas são terras públicas, que em nenhum momento integraram o patrimônio particular, ainda que estejam irregularmente em posse de particulares. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. O fato de não haver registro da terra não caracteriza que sejam devolutas, devendo o poder público comprovar a existência e propriedade das mesmas. Para estabelecer o real domínio da terra, ou seja, se é particular ou devoluta, o Estado propõe ações judiciais chamadas ações discriminatórias.

complexa, visto que o capital estrangeiro, as transnacionais e os grandes grupos econômicos passaram a controlar a agricultura nacional, para exportar matérias-primas, produzir celulose e energia. A proposta atual pretende contrapor-se ao modelo hegemônico que aprofundou a integração do latifúndio com as empresas transnacionais e o capital financeiro.

Segundo João Pedro Stédile,

o agronegócio é uma grande aliança entre as empresas transnacionais — que controlam os insumos [*input*], o mercado internacional e os preços dos produtos agrícolas — e os grandes proprietários capitalistas. Eles querem produzir apenas mercadorias que dêem lucro e para o mercado externo. (STÉDILE, 2012, entrevista)

Ele ainda coloca que falta à sociedade, ao governo e às forças populares brasileiras em geral, um projeto claro de país que englobe um desenvolvimento econômico, social, político e ambiental.

Segundo Stédile,

Agora, nós precisamos de um novo tipo de reforma agrária. (...) Uma reforma agrária que comece na distribuição de terras, mas que organize cooperativas de produção para instalar agroindústrias nos assentamentos e no interior. Porque é isso que aumenta a renda e tira da pobreza. Uma reforma agrária que adote a matriz tecnológica da agroecologia, produzindo alimentos saudáveis, sem veneno e sem alterar o equilíbrio do meio ambiente. Uma reforma agrária que distribua educação. (...) Nós queremos uma reforma agrária popular, de outro tipo. (...) E seu desfecho vai depender de mudanças na correlação de forças em geral. Vai depender do ressurgimento do debate em torno de um necessário projeto popular para o Brasil. (STÉDILE, 2012, entrevista)

Stédile, juntamente com o MST, colocam a necessidade de pensarmos um novo tipo de reforma agrária, não aceitando a Reforma Agrária compensatório, tranquila e pacífica proposta pelos governos. Salientando que o Brasil precisa de um novo projeto popular que agregaria educação, saúde, distribuição de renda, produção, desenvolvimentos, todos esses, aliados a distribuição de terras e efetiva reforma agrária, que só será possível a partir de mudanças nas correlações de força. Esta que no Governo Lula, os movimentos sociais não conseguiram se contrapor, trazendo para a sociedade, mas principalmente para o campo brasileiro inúmeras consequências, dentre elas, o aumento da violência e dos conflitos agrários no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse texto nos propusemos a entender os limites e as possibilidades das políticas dos governos Lula da Silva para a realização da Reforma Agrária no Brasil, tendo como nossa referência a análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado em 2003 e abandonado, pós reeleição, em 2007. Obtivemos clareza das mudanças nas ações adotadas respectivamente no primeiro e segundo mandato, onde nesse se instaurou o que segundo Oliveira (2013), denominou como Contra-Reforma Agrária. Desta forma, pode-se perceber que as propostas e promessas eleitorais não se efetivaram, gerando um pacto ainda maior com o agronegócio em detrimentos dos movimentos sociais de luta pela terra, e conseqüentemente, a não realização da reforma agrária, e instauração de uma Contra-Reforma Agrária.

Desta forma concluímos que oito anos de mandato foram mais que suficiente para enxergar as mudanças e recuos para a realização da Reforma Agrária. Com as promessas não cumpridas e o II PNRA sem sair do papel, a luta pela terra – está que poderia mudar o seu papel no Brasil de precursora da desigualdade para transformar-se em fonte de trabalho e liberdade – se transforma mais uma vez em frustrações para aqueles que realmente acreditavam na sua realização. Entretanto, a contra-reforma do segundo mandato do Governo Lula, nos afirmou que a execução da Reforma Agrária não era prioridade desses governos, nem desse quem agora governa nosso país.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária era de modo geral interessante para dar início a reforma agrária do país, mesmo possuindo problemas estruturais, porém, não foi colocado em vigor, nos restando problematizar de que forma seria feita a reforma agrária, pois o que observamos são ingerências nas decisões políticas; contradições para a forma de execução, e falta de articulação e respaldo entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, que deveriam estar em sincronia para colocar em prática o II PNRA. Toda essa falta de preparo e/ou interesse do governo impediu que a política de reforma agrária entrasse em vigor, realizando a justiça social no campo.

Assim, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra tem um papel chave no processo de tencionar a realização da reforma agrária. Esses cumprem o papel de fazer lembrar que existem demandas por reforma agrária. As mobilizações, ocupações e todos os atos realizados por esses elevam eles da condição de invisibilidade, pressionando o governo para que atenda as demandas da população, gerando para o país desenvolvimento social e econômico.

Cabe ainda destacar que as questões levantadas nesse trabalho não se esgotam por aqui. O tema a qual nos propusemos analisar demanda, sem dúvida uma

investigação mais ampla em virtudes das consequências econômicas, e acima dessas, sociais, que vem sendo fruto dessas políticas inacabadas de reforma agrária.

Inquestionavelmente a Reforma Agrária neste início de século, ainda continua sendo um problema político, econômico e social a ser resolvido no Brasil. A complexidade existente para a realização da Reforma Agrária se justifica pela ampla diversidade de atores sociais envolvidos e exercendo “poder” sobre as decisões no país. Devemos assim, localizá-la em um campo de disputa de poder, onde as correlações de forças existentes é que ditarão o destino para a realização ou não da Reforma Agrária Brasileira. Desta forma, o campesinato para resistir a esse processo busca se reterritorializar, e de acordo com a conjuntura política, social e econômica, eles reflorescem, recuam e avançam. Portanto, a continuação desta pesquisa se justifica por problematizar essas territorialidades em tensão, que envolvem não só os movimentos sociais de luta pela terra, neste caso o MST, mais também o agronegócio, o Governo e a sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sergio Hudson de. *Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro*. Brasil, 2000.

ARANDA, Maria Alice de Miranda; SENNA, Ester. *A Articulação Democracia E Participação No Ppa Do Governo Lula: “Brasil De Todos – Inclusão E Participação”*. 2007. Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/268.pdf

BRASIL. *II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília, INCRA, 1992.

_____. *Plano Plurianual “Brasil de todos: inclusão e participação”*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, SPI, Brasília. 2003. Disponível em: http://www.planobrasil.gov.br/texto_base.asp?cod=1

_____. *Programa Fome Zero*. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>

CERQUEIRA, Kleber Chagas. *História do Pensamento Econômico do PT: As Propostas Econômicas do Partido dos Trabalhadores nas Eleições Presidenciais de 1989 a 2002*. JULHO DE 2007.

DISCURSOS SELECIONADOS DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

III PNRA: a reforma agrária como desenvolvimento territorial.
NERA. Presidente Prudente, dezembro de 2010, número 36. ISSN 2177-4463.
Disponível em www.fct.unesp.br/nera. Acesso: 17.08.2011.

A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Brasil. Ano 1, n. 1. 1998.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do Governo Lula.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.* Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

HEINEN, Milton. *O plano nacional de reforma agrária do governo Lula. Antecedentes. O plano. Possibilidades e limites de sua execução.* Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/17929366/1990100000/name/O+plano+nacional+de+reforma+agr%C3%A1ria+do+governo+lula.pdf>. Acesso: 02.09.2011

INCRA. *Ministério do Desenvolvimento Agrário.* Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=386 Acesso: 28.05.2011

LEHER, Roberto. Región Sur. *O governo Lula e os conflitos sociais no Brasil.* En publicación: OSAL, Observatorio Social de América Latina, no. 10 (2006): 81- 129.

MACHADO, Eliel. *Governo Lula, Neoliberalismo e Lutas Sociais.* Lutas Sociais 21/22. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/2_eliel.pdf

MARQUES, Rosa Maria and MENDES, Áquilas. *O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal.* Rev. Econ. Polit.[online]. 2006, vol.26, n.1, pp. 58-74. ISSN 0101-3157.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe.* Tradução de Torrieri Guimarães, São Paulo: HEMUS – Livraria e Editora, 1977.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos,* São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/institucional/PNRA>

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.* Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/4175>

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.* Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>

_____. *O governo Lula dá adeus à reforma agrária*. 24 de dezembro de 2008. Disponível em: http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4790&Itemid=1

_____. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

_____. *Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula*. Dinámica de los Espacios Rurales y Sustentabilidad: Articulaciones del espacio rural. 2013. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Carta Ao Povo Brasileiro*. Disponível em: http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1989.

STEDILE, João Pedro. *Entrevista à revista Estopim*. (2012). Disponível em: <http://www.odiario.info/?p=2586>